

## Comunicação, hegemonia e memória: lutas discursivas sobre a ditadura civil-militar na sociedade brasileira contemporânea

Communication, hegemony and memory: Discursive struggles over civilian-military dictatorship in contemporary Brazilian society

Felipe Correa de Mello

Escola Superior de Propaganda e Marketing. Rua Dr. Álvaro Alvim, 123, Vila Mariana, 04018-010, São Paulo, SP, Brasil. felipeccmello79@hotmail.com

---

**Resumo.** Neste artigo, temos como objetivo fazer alguns apontamentos acerca dos embates discursivos sobre a ditadura civil-militar na sociedade brasileira contemporânea. Para tanto, dissertamos, em primeiro lugar, sobre o papel dos meios de comunicação na constituição das memórias hegemônicas sobre o referido período histórico, para em seguida iluminarmos a presença de memórias subterrâneas (Pollak, 1989) e de discursos contra hegemônicos que visam instaurar materialidades discursivas que se contraponham ao silenciamento e ao esquecimento de múltiplas dimensões sobre a ditadura, como, por exemplo, o genocídio de povos indígenas, a participação de parte do empresariado e dos grandes meios de comunicação na constituição e na sustentação do governo autoritário. Argumentamos que, a despeito de um relativo crescimento dessas vozes e memórias subterrâneas, nosso país ainda é caracterizado pela carência de uma cultura da memória sobre nosso passado recente.

**Palavras-chave:** memórias coletivas, ditadura civil-militar, meios de comunicação, hegemonia.

**Abstract.** In this paper, we aim to make some notes about the discursive struggles over civilian-military dictatorship in contemporary Brazilian society. In order to do so, we first discuss the role of the media in the constitution of the hegemonic memories about this historical period; then we illuminate the presence of subterranean memories (Pollak, 1989) and counter-hegemonic discourses, which aim to establish discursive materialities opposite to the silencing of multiple dimensions of dictatorship, such as the genocide of indigenous peoples, the participation of the business community and the mainstream media in the constitution and support of the authoritarian government. We argue that, despite a relative growth in these voices and subterranean memories, our country is still characterized by the lack of a culture of memory about our recent past.

**Keywords:** collective memories, civilian-military dictatorship, media, hegemony.

## Considerações iniciais

Este artigo nasce do desdobramento da tese doutoral que se propôs a compreender o processo de recepção do discurso do Memorial da Resistência de São Paulo<sup>1</sup> por parte de professores (as) e alunos (as) do nono ano do Ensino Fundamental II e do terceiro ano do Ensino Médio. Como parte da estratégia metodológica, realizamos uma pesquisa sobre os contextos sociais e históricos de produção, circulação e recepção das memórias coletivas sobre a ditadura civil-militar em nossa sociedade, privilegiando o papel dos meios de comunicação e do campo escolar na tessitura dessas memórias<sup>2</sup>.

Para a elaboração dessa etapa, lançamos mão de bibliografia corrente no campo das ciências sociais sobre a memória coletiva (Bonin, 2009; Bosi, 2003; Le Goff, 2000; Pollak, 1989), para, em seguida, traçarmos um panorama sobre os embates discursivos em torno da memória sobre a ditadura civil-militar que atravessam os meios de comunicação no Brasil contemporâneo.

Com o objetivo de servir como pano de fundo da pesquisa de campo, focada no diálogo entre o Memorial da Resistência — compreendido como meio de comunicação e instituição de ensino não-formal — e o campo escolar formal, a contextualização aqui desenvolvida foi elaborada a partir de fontes secundárias, apresentadas por estudos e pesquisas do campo da Comunicação. Não obstante, a leitura que fazemos acerca da cultura da memória no Brasil contemporânea é referendada e incorporada pelos resultados obtidos em campo.

Sendo assim, a despeito de não contemplar de forma crítica fontes primárias, julgamos que este texto contribui para iluminarmos pontos sobre os embates entre as memórias hegemônicas e contra hegemônicas sobre a ditadura em nossa sociedade.

O percurso expositivo deste artigo envolve, em primeiro lugar, uma breve apresentação conceitual acerca dos entrecruzamentos entre as memórias coletivas e as lutas de poder que atravessam a sociedade. Em segundo lugar, envolve a exposição, a partir da leitura da

historiadora Janaína Teles (2012, 2015) e Lisovsky (2015), de como os marcos inaugurais da memória da ditadura se dão num contexto de Justiça de Transição incompleto e voltado para o esquecimento de nosso passado recente. E em terceiro lugar, o apontamento sobre os embates entre as memórias hegemônicas da ditadura — produzidas sobretudo pelos meios de comunicação e envolvendo um relativo esquecimento de múltiplas dimensões acerca do controle, da repressão e da resistência durante a ditadura — e as memórias contra hegemônicas da ditadura, compreendidas como memórias subterrâneas, conforme a conceituação de Pollak (1989).

## A dimensão política das memórias coletivas

Conforme nos mostra Bosi (2003, p. 36), a partir das reflexões do filósofo francês Henri Bergson, a memória tem um papel fundamental na existência humana, “já que ela permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no curso atual das representações”: enquanto força subjetiva, as lembranças incidem diretamente nas percepções e valorações atuais. Fruto de uma trajetória de vida singular, a memória constitui “o lado subjetivo de nosso conhecimento do mundo” (Bosi, 2003, p. 36) — um dos principais substratos da consciência de si e da realidade.

Em linhas gerais, o campo das ciências psicobiológica se interessa pela dimensão individual da memória, tendo como um dos pontos principais suas perturbações, potenciais e limitações, das quais se destaca a questão da amnésia. Por outro lado, as ciências humanas e sociais iluminam as dimensões sociais e coletivas em que essas memórias individuais são revestidas.

A historiografia identifica Maurice Halbwachs como um dos primeiros pensadores que se debruçou acerca da dimensão social da memória (Le Goff, 2000, p. 395; Bonin, 2009, p. 57). Para o autor, a memória individual é constituída e organizada dentro de quadros sociais; possui a dimensão social dada pela

<sup>1</sup> Fundado em 2009 e localizado no centro da cidade de São Paulo, o Memorial da Resistência de São Paulo é uma instituição museológica voltada para a pesquisa, salvaguarda e comunicação das memórias e narrativas históricas da resistência, do controle e da repressão durante o Brasil Republicano, privilegiando as narrativas e memórias sobre a Era Vargas (1930-1945) e a ditadura civil-militar (1964-1985).

<sup>2</sup> Nosso aporte metodológico de análise está fundado no modelo desenvolvido por J. B. Thompson no livro “Ideologia e Cultura Moderna” (2007) e nas considerações sobre as formas simbólicas, compreendidas como estruturas estruturadas e estruturas estruturantes, apresentadas por Bourdieu (2010, p. 8-16).

linguagem, “pela inserção do indivíduo num contexto social e pelas relações de pertencimento; e se ampara e se constitui nas relações que os indivíduos têm com outros membros de seu grupo” (Bonin, 2009, p. 57). Nessa perspectiva, “a memória coletiva é pensada como seleção, interpretação e transmissão de certas representações do passado a partir de um ponto de vista de um grupo” (Bonin, 2009, p. 57).

O conceito de memória coletiva ilumina que as formas de consciência do passado são em alguma medida compartilhados pelos indivíduos que convivem em determinados grupos e/ou coletividades. Relaciona-se, assim, à conformação de determinada identidade coletiva, como a identidade familiar, a identidade regional, a identidade nacional. Em contrapartida, devemos ter em conta que os indivíduos, enquanto sujeitos, são capazes de reconstruírem os marcos sociais da memória de acordo com suas trajetórias sociais, contextos vividos e outros fatores (Bonin, 2009, p. 58). A relação entre as memórias individuais e as memórias coletivas é dialógica e dialética. Nesse sentido, contempla-se a dimensão conflitiva, as relações de poder e o envolvimento de múltiplos agentes (individuais e coletivos) na tessitura das memórias sociais.

Socialmente construídas, as memórias coletivas são frutos de procedimentos de seleção, silenciamento, valorações e interpretações acerca do passado. Nesse sentido, envolve uma unidade dialética entre a rememoração e o esquecimento. E embora trabalhe com representações do passado, envolve, em sua tessitura, as lutas do presente e distintos projetos para o futuro: está diretamente relacionada às lutas sociais pela hegemonia dos sentidos sociais e, assim, para a definição dos rumos da sociedade.

Ao contribuírem para a coesão de grupos de pertencimento, as memórias coletivas definem fronteiras simbólicas que separam o “nós” dos “outros”, que separam aqueles que se incluem em determinada “comunidade imaginária” (Anderson, 1982) e aqueles que dela estão excluídos por não partilharem da mesma trajetória, da mesma memória e dos mesmos traços distintivos, dentre outros fatores. Nesse processo, as memórias coletivas contribuem para estabelecer ou legitimar instituições, *status* ou relações de autoridade (Hobsbawn, 1984, p. 17).

Para iluminar o processo de construção das memórias coletivas por parte dos agentes sociais, Pollak (1989) propõe a noção de “enquadramento da memória”. Segundo o autor, o enquadramento da memória envolve a dis-

puta por parte dos agentes sociais sobre os recursos materiais e simbólicos que garantem a conservação e eficácia simbólica das memórias em sorte de garantir a coesão efetiva (e afetiva) dos determinados grupos ou coletividades. Assim, envolve, dentre outros aspectos, a luta pelo reconhecimento dos porta-vozes legítimos das memórias coletivas.

Nesse contexto, emergem a escola e os meios de comunicação como instituições importantes na produção e circulação das memórias coletivas. Como nos ensina Le Goff (2000, p. 357), a invenção e difusão da imprensa, a partir do século XVI, bem como a alfabetização em massa levada a cabo nos países europeus, a partir da segunda metade do século XIX, transformaram os métodos antigos e medievais de rememoração no Ocidente, antes baseados em procedimentos orais (Antiguidade) ou baseados em combinação de oralidade com a escrita (Idade Média). Mais: além de transformarem, contribuíram para a difusão e inculcação nos indivíduos de determinadas memórias coletivas, mais precisamente as memórias referentes à narrativa oficial da nação.

Fundamentalmente voltada para a formação de mão-de-obra para a crescente indústria e para a formação de “cidadãos patriotas”, o sistema escolar, que é tornado universal e obrigatório em grande parte da Europa Ocidental, passa a operar, a partir do final do século XIX, como um dos principais reprodutores da memória nacional (Finocchio, 2007, p. 255).

Também os meios de comunicação, a partir do século XIX e ao longo do século XX, são responsáveis pela produção e circulação de memórias coletivas consonantes a “história oficial” (Le Goff, 2000, p. 360). E na medida em que os meios passam a assumir a centralidade no processo de (re)construção dos sentidos sociais nas sociedades industrializadas, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, eles passam, cada vez mais, a ser os principais construtores e sustentadores das memórias coletivas hegemônicas (Ribeiro, 2000, p. 33).

Sem desconsiderarmos a existência de múltiplos agentes da sociedade civil que produzem e fazem circular diversas memórias coletivas, bem como a dimensão conflitiva presente na constituição das memórias coletivas, devemos considerar que os grandes meios de comunicação possuem um montante de capital financeiro e simbólico que possibilita que eles tenham a hegemonia momentânea na produção de significados acerca da realidade social, logo dessas memórias.

Em outras palavras: os grandes meios de comunicação possuem melhores e maiores condições do que outros agentes e instituições da sociedade civil para produzirem e fazerem circular determinadas memórias coletivas, quase sempre consonantes com memórias e valores hegemônicos. Os meios de comunicação são, para usar os termos de Chauí (2000), reconhecidos como instituições detentoras do “discurso competente”: eles são autorizados a dizer e o que eles dizem é aceito como verdade e como legítimo. Ocupam, assim, lugar privilegiado na gestão e no enquadramento das memórias coletivas (Bonin, 2009, p. 57).

Voltadas em grande parte para a consolidação e para a conservação de distintas relações de dominação, os meios usualmente reproduzem versões solidificadas e fechadas das memórias coletivas nas quais as marcas de conflito e as brechas são ocultadas (Bosi, 2003; Le Goff, 2000). Nesse processo, são produzidas, como argumenta Le Goff (2000, p. 21), versões vulgares e, muitas vezes, incorretas do conhecimento histórico; e relatos, segundo Bosi (2003, p. 23), que operam “em sentido inverso ao da lembrança pessoal, tão mais veraz em suas hesitações, lacunas e perplexidades”.

Evidentemente, os meios de comunicação constituem somente uma parte das múltiplas instituições produtoras de memórias coletivas. Existem numa sociedade uma quantidade tão numerosa de memórias coletivas quanto o número de unidades sociais que compõem a sociedade (Pollak, 1989, p. 13). Muitas memórias coletivas não transcendem o âmbito de sua produção, circulação, recepção, como, por exemplo, as memórias de uma determinada coletividade de fãs de determinado seriado televisivo ou como as memórias familiares; outras possuem um caráter político mais explícito e definido, como as memórias de um partido político, de um movimento social ou de um sindicato; bem como algumas são mais consolidadas e institucionalizadas que outras, destacando-se a memória nacional oficial (hegemônica).

### **As memórias coletivas sobre a ditadura civil-militar brasileira**

A historiadora Janaína Teles (2015) nos ensina que são dois os atos inaugurais da memória sobre a repressão da ditadura civil-militar no Brasil: (i) o projeto *Brasil: nunca mais* de 1985 e (ii) a abertura da vala clandestina de Perus em 1990.

Idealizado por advogados de defesa e organizado por ex-presos políticos, jornalistas e historiadores o livro *Brasil: nunca mais* registra 707 processos completos e dezenas de outros incompletos encontrados nos arquivos da Justiça Militar, copiados de forma secreta entre os anos de 1979 e 1985. Sendo o primeiro registro tornado público sobre a repressão e a resistência durante a ditadura, a obra favoreceu a constituição de uma consciência coletiva acerca da política repressiva do período e do estado dos sobreviventes — servindo, inclusive como meio para a formação escolar e acadêmica -, bem como serviu de base para a sistematização de denúncias de violação aos direitos humanos, ao longo dos últimos trinta anos (Teles, 2015, p. 194).

Já a abertura da Vala de Perus, foi pautada pela busca “dos restos mortais de militantes assassinados pelos órgãos de segurança daquele período, ganhando ampla repercussão junto à opinião pública, com efetivas consequências nas investigações daqueles crimes” (Teles, 2015, p. 205). As escavações das valas de Perus foram amplamente divulgadas pelos meios de comunicação e geraram ampla comoção pública diante das imagens dos Coveiros desenterrando centenas de sacos contendo ossos, fazendo emergir “algumas das mais emblemáticas memórias da ditadura” (Teles, 2015, p. 206).

Não obstante, a despeito de inúmeras iniciativas de memorialização empreendidas a partir do segundo mandato do presidente Lula (2008-2012), e desenvolvidas durante o governo Dilma, como a Comissão Nacional da Verdade — que sistematizou as informações já existentes sobre o período ditatorial (CNV, 2014) — “a recuperação factual sobre a repressão política empreendida durante a ditadura, assim como a reflexão sobre os sentidos desse passado permanecem inconclusas” (Teles, 2015, p. 193). Para a autora, falta um levantamento exaustivo e profundo “sobre as pessoas assassinadas ou punidas por razões políticas, as circunstâncias de tais crimes e seus responsáveis” (2015, p. 193). O que se observa em nosso país é uma ampla negação dos direitos à verdade e à justiça, bem como inúmeras limitações existentes no que diz respeito às políticas de reparação relativas ao passado recente. Nesse contexto, há uma dificuldade de articulação e comunicação das memórias sobre a ditadura civil-militar (Teles, 2015, p. 193).

Entre diversos fatores, essa situação de “falta de memória” sobre o período se deve ao



fato de a transição democrática no Brasil ter se dado sem rupturas substantivas, caracterizada pela ideia de “pacto nacional”, quer dizer, pela conciliação entre as elites civis e os militares, garantindo que o passado recente não fosse profundamente revisitado. Conforme nos ensina Lissovsky (2015):

*Nos anos que seguiram à redemocratização, a ditadura foi imaginariamente colocada entre parênteses. Olhar para o futuro era a tônica dominante de todos os atores durante as décadas de 1980 e início dos 1990: na economia, tratava-se de vencer o “dragão da inflação”; na vida civil, a prioridade era assegurar os novos direitos que haviam sido estabelecidos pela constituição de 1988; e finalmente, no campo político-partidário, apostava-se a perspectiva de eleger governos de esquerda.*

Como assinalamos anteriormente, as memórias coletivas são construções atravessadas por disputas sociais. Diversos agentes e sujeitos estão em constante luta para imporem suas versões e interpretações da história. Nessa disputa, os agentes e sujeitos buscam “afirmar a legitimidade de sua posição, em face de seus vínculos com o passado, estabelecendo continuidades ou rupturas com o mesmo” (Teles, 2012, p. 264).

Em relação às vítimas, seus familiares e os setores progressistas da sociedade, há um esforço em romper com o passado ditatorial, tendo como projeto a consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática. Esse processo encerra uma demanda pelo direito à memória, à verdade e à justiça que tem como um de seus eixos a busca pela punição dos agentes sociais envolvidos na construção e manutenção do regime de exceção. Aqui, a rememoração opera no sentido de recuperar o passado de violência para então, superá-lo, numa nova ordem social, mais justa e igualitária.

Em outro lado das disputas pelas significações do passado recente, há os grupos que estiveram ligados à ditadura e dela se beneficiaram, sobretudo os militares; os agentes da repressão estatal; os grandes meios de comunicação, bem como parte da elite política e econômica brasileira. Nesses setores da sociedade, existe uma vontade de ruptura com o passado, porém em uma dimensão diferente dos grupos progressistas: busca-se esquecer o passado de controle, violência e repressão. O esforço é por ocultar a participação de agentes estatais e da sociedade civil no regime, os dirimindo de quaisquer ônus simbólicos e/ou

materiais, bem como evitando o julgamento e punição dos responsáveis pela repressão. O olhar está direcionado para o presente e para o futuro da nação.

No mesmo campo de leitura de Teles (2012, 2015) e de Lissovsky (2015), Berger (2015, p. 4) compreende que o esforço dos militares e da grande mídia é fazer esquecer a ditadura, “[...] ora silenciando e ocultando o que aconteceu, ora confundindo as pessoas ao igualar as ações cometidas pelos dois lados ora espetacularizando a tortura pela repetição de imagens produzidas nos moldes dos filmes de circulação comercial”. O esquecimento, nesse caso, é obtido não só por procedimentos discursivos de silenciamento e ocultamento do passado ditatorial, mas também “por meio da disponibilização abundante de informação banal que tem o mesmo poder que o silenciamento” (Berger, 2015, p. 4).

Não obstante, esse duplo movimento de ruptura com a ditadura, realizado, por um lado como denúncia ou acusação, por outro como esquecimento voluntário, é acompanhado por esforços que buscam evidenciar aspectos de continuidade entre a ditadura civil-militar e a sociedade brasileira contemporânea. Esses esforços são levados a cabo por grupos progressistas da sociedade civil que buscam iluminar a permanência, hoje, de práticas repressivas e de violação dos direitos humanos, sobretudo a perpetrada pela Polícia Militar contra jovens pobres e negros da periferia — dimensão amplamente silenciada pelos grandes meios de comunicação.

### **O papel dos meios de comunicação na constituição das memórias hegemônicas sobre a ditadura civil-militar**

Compreendemos que no processo de enquadramento das memórias coletivas hegemônicas, evidenciam-se as conexões existentes entre os grupos dominantes e entre esses e os setores dominantes do campo de produção simbólica, sobretudo o jornalístico.

Nesse processo ocorre o que Bourdieu (2010) denomina homologia funcional e estrutural entre o campo do poder, o campo econômico e os meios de comunicação. Para o sociólogo há uma espécie de relação de “colaboração” entre os meios de comunicação e a elite predisposta a produzir discursos e efeitos de sentidos que venham a reforçar e conservar

o estado da sociedade, bem como assegurar a manutenção dos interesses econômicos das classes e grupos dominantes.

Conforme nos mostram diversos pesquisadores do campo da Comunicação, como Berger (2009, 2015), Barbosa (2014a, 2014b, 2015), Castilho (2014), Dias (2014a, 2014b, 2014c), Martins (2014) e Mello e Baccega (2015), os meios de comunicação brasileiros produzem e fazem circular discursos que relativizam as violências perpetradas pelo Estado e o caráter autoritário da ditadura civil-militar, bem como tendem a silenciar sobre diversas dimensões referentes ao período, sejam referentes às múltiplas resistências à ditadura, sejam relacionados à participação de diversos agentes da sociedade civil na construção e sustentação dessa — como diversas instituições midiáticas, empresários e associações empresariais.

Ao analisar a rememoração das ditaduras por parte dos discursos jornalísticos, Dias (2014b, p. 18) chama a atenção para o neologismo “ditabranda” cunhado pela primeira vez por um editorial do jornal *Folha de S. Paulo* em fevereiro de 2009:

*Nos últimos anos algumas interpretações equivocadas querem fazer crer que a ditadura militar (ou civil-militar como preferem alguns, ou ainda empresarial/militar como preferem outros) não teria sido tão repressiva, se constituindo naquilo que o editorial polêmico da Folha de S. Paulo, de 17 de fevereiro de 2009, chamou de “ditabranda”, numa alusão a não intensidade das ações repressoras.*

O polêmico editorial a que se refere Dias se intitulava *Limites a Chávez* e tinha como objetivo refletir sobre a possível reeleição ilimitada do então presidente venezuelano Hugo Chávez. Fundamentalmente, esse editorial ao fazer críticas ao governo chavista postulava que a ditadura civil-militar brasileira foi branda em relação a outras ditaduras latino-americanas.

A noção de “ditabranda” está articulada às batalhas pela memória sobre a ditadura e envolve uma revisão da história. Em larga medida esse revisionismo faz frente aos testemunhos de vítimas e de diversos sujeitos envolvidos na ditadura civil-militar que evidenciam, incontestavelmente, as violências, mortes, censura, tortura perpetradas pelo Estado ao longo dos anos de 1964-1985. Como nos mostra Martins (2014), dada a impossibilidade de apagarem as evidências de todos esses atos, os militares que participaram diretamente da ditadura tendem a sustentar um discurso que se

contrapõe à fala dos agentes que denunciam as barbaridades perpetradas:

*O Regime Militar no Brasil apresenta a peculiaridade de que os militares não conseguiram impor sua versão da história e sua memória como a oficial, ainda que tenham desestruturado os grupos de esquerda no início. Com os militares percebendo e acreditando que a esquerda venceu esse confronto das memórias, muitas de suas produções são destinadas a se contraporem às publicações dos militantes (Martins, 2014, p. 13).*

Sendo assim, as prisões, as torturas, os desaparecimentos e as mortes são interpretadas como medidas de defesa da nação brasileira contra a subversão dos agentes do comunismo. De forma mecânica e maniqueísta os opositores da ditadura são identificados como comunistas, logo como essencialmente maus. Todos seus atos de resistência, interpretados como atos de terrorismo que vitimaram diversos cidadãos brasileiros.

Esse embate de sentidos se torna mais forte e ganha espaço na mídia no ano de 2014 por conta da efeméride de cinquenta anos do golpe e sobretudo por conta da divulgação do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Com efeito, Carvalho (2014, p. 1), a partir das reflexões da historiadora Maria Paula Araujo, aponta como resultado do relatório da CNV a instauração de uma ampla discussão “ético-política na sociedade [...] sobre os limites do poder do Estado, a possibilidade de instauração de um campo semântico comum do que é considerado violência, abuso e atrocidade e sobre práticas abusivas como a tortura”.

Por um lado, a cobertura midiática da Comissão da Verdade é indicativa de um momento histórico em que o passado ditatorial sai da sombra e passa a ser objeto da pauta dos meios de comunicação. Esse período sócio-histórico se relaciona às conquistas de grupos subalternos que conseguiram construir uma certa visibilidade para as memórias subterrâneas da ditadura, amparadas por políticas públicas federais, a partir dos anos 2002, e iluminadas em ocasião da efeméride de cinquenta anos do golpe civil-militar em 2014.

Em contrapartida, os discursos jornalísticos de cobertura da CNV evidenciam o lugar de fala e os interesses que os grandes meios de comunicação representam. Assim, o *Jornal Nacional*, da *Rede Globo* ao noticiar a instalação da CNV, assinalou, através do tom de voz do âncora William Bonner, que “[...] a Comissão da Verdade só vai investigar os crimes cometidos

pelos agentes do Estado” e que “[...] os militares acham que ela deveria ser ampliada para alcançar também os crimes cometidos pelos grupos de esquerda” (Berger, 2015, p. 7, grifo da autora). No programa jornalístico *Bom Dia Brasil*, da mesma emissora, a leitura sobre a Comissão é a mesma, conforme relata a Berger (Berger, 2015, p. 7), citando a fala do apresentador: “Os atos cometidos por opositores do Regime Militar não serão investigados”. Para a autora ambos os exemplos evidenciam a ligação dos militares e o jornalismo na defesa de uma leitura baseada na ideologia de reconciliação nacional, que, na verdade, é a defesa do esquecimento do passado de repressão.

Mello e Baccega (2015) compartilham da interpretação de Berger (2015) a partir de análise das reportagens e editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* na cobertura da divulgação do relatório final da Comissão.

Segundo nos mostram os autores, ambos os jornais corroboram o relatório da CNV e dão destaque para o fato de ter havido mortes e torturas cometidas por agentes da ditadura. No entanto, os autores mostram que ambos os jornais também dão amplo espaço para o fato de que a Comissão “silenciou” sobre os vitimados pela resistência, essa compreendida como “terrorismo de esquerda”:

*Nesse contexto, a violência e o terrorismo (de Estado), relatados pela Comissão da Verdade são associados também aos que lutaram contra a ditadura (identificados de forma redutora como “a esquerda”). Essa associação acaba por significar a contestação da validade do relatório, acusado de parcial, conforme podemos observar em entrevista com o general de reserva Sylvio Ferreira da Silva, uma das “vítimas” do “terrorismo de esquerda”: Como pode uma coisa ser voltada somente para um lado? diz Silva, endossando o discurso dos militares de que a comissão ignorou os crimes cometidos pela luta armada [...] A comissão só ouviu um lado só, o lado do terrorismo não foi investigado” (Mello e Baccega, 2015, p. 109).*

Entendemos, a partir da noção de processo comunicacional, que a presença na mídia dos discursos hegemônico em relação à ditadura civil-militar estão intimamente articulados à existência de discursos conservadores sobre

o referido período histórico em circulação em nossa sociedade.

Como nos mostra Gregolin (2007, p. 22), “as vozes que falam na mídia fazem eco a outros dizeres que vêm de outros lugares da sociedade”. Os discursos midiáticos sobre a ditadura se inserem numa cadeia discursiva. Isso implica que não podemos pensar os meios de comunicação como emissores isolados das práticas culturais e comunicacionais que passam o cotidiano de nossa sociedade:

*Deseja-se, com a lembrança de Bakhtin, afastar as visões automatizadoras dos fluxos comunicativos estejam elas adstritas ao emissor/enunciador, ao receptor/enunciário e mesmo ao média. A perda do componente dialógico e de interações signo/sujeito/mundo pode resultar em compreensões circunscritas da complexa forma de a comunicação se apresentar no mundo contemporâneo, esfumando-se, inclusive, a perspectiva acerca do papel das mediações e dos mediadores na constituição das diferentes sequências de sentido (Cittelli, 2004, p. 61).*

Interpretamos que no Brasil não há uma cultura da memória de denúncia sobre a ditadura enraizada nas práticas cotidianas. Os discursos que buscam trazer à tona as memórias de repressão, controle e resistência constituem-se como forças contra hegemônicas<sup>3</sup>.

### **Memórias subterrânea e discursos contra hegemônicos sobre a ditadura civil-militar brasileira**

A memória oficial não é consensual. Em qualquer contexto social nunca haverá só uma interpretação do passado. A memória coletiva é aberta e permeada de conflitos. A todo instante, as memórias oficiais sobre a ditadura travam uma luta com as memórias subalternas — a da voz das vítimas, dos dominados e excluídos da história oficial — pela hegemonia das representações e significações de nosso passado recente (Pollak, 1989).

Se por um lado, o objetivo dos militares, dos setores dominantes e dos grandes meios de comunicação foi o de trabalhar o esquecimento desse passado, tendo como mote a no-

<sup>3</sup> Consideramos que as hegemonias e as contra hegemonias fazem parte de um mesmo bloco histórico e se relacionam dialeticamente num embate permanente pelos sentidos sociais. Dentro de um discurso hegemônico ou de um discurso contra hegemônico convivem, de forma contraditória, negociada e dialógica, sentidos dominantes e subalternos (Gramsci, 1984). Desta forma, não consideramos de forma redutora o discurso midiático como expressões mecânicas da hegemonia. Assim como a cultura é uma arena de embates, as estruturas midiáticas são passíveis de contradições e aberturas — são atravessadas por mediações.

ção de “harmonia social”, por outro, diversas vozes surgiram e, aos poucos, foram conquistando espaço na trama cultural de nosso país. Desde a abertura democrática em 1985 a narrativa oficial vem sendo tensionada através do surgimento de diversas materialidades discursivas contra hegemônicas: em livros biográficos, programas televisivos, filmes, documentos e registros culturais e comunicacionais da época ditatorial, pesquisas acadêmicas, dentre outros (Berger, 2009).

A noção de “memória subterrânea” desenvolvida por Pollak (1989) é valiosa para compreendermos a dinâmica complexa que existe na disputa entre as diversas significações do passado. As memórias subterrâneas possuem uma materialidade discursiva, porém elas não encontram voz ampla nos debates públicos. São clandestinas, inaudíveis, sufocadas pelas vozes hegemônicas. No entanto, elas estão em algum lugar à espera de condições sociais e histórica que permitam que elas venham à tona. Ao longo da ditadura civil-militar foram amplamente silenciadas pelo aparato estatal de repressão e censura, já no processo de abertura vão ganhando força na medida em que há uma demanda de setores da sociedade pelo esclarecimento do passado, bem como pela obtenção de justiça.

A partir de levantamento de amostra bibliográfica abarcando o período de 1964 a 2009, Wainberg (2010) nos mostra que há na década de 2000 um ponto de inflexão na quantidade de livros, teses e dissertações que tratam sobre o tema. Segundo o autor, o tom dessas publicações se dá numa perspectiva de esquerda, “que descreve os acontecimentos de 1964 como um golpe, o regime instalado pelos militares como uma ditadura” e “as lutas contra a ditadura como movimentos legítimos e fundamentais para a redemocratização do país” (Wainberg, 2010, p. 51).

A leitura de Wainberg é reforçada por Carvalho (2014, p. 1) que assinala que a partir da segunda metade da década de 1990 é possível identificar uma constante produção audiovisual, “seja ela ficcional, baseada em obras biográficas e autobiográficas, de documentários para cinema e televisão”, bem como uma regular produção editorial, através de jornais (impressos e virtuais) e de revistas abordando questões relacionadas à ditadura.

O crescimento de bens culturais voltados para a leitura crítica da ditadura encontra seu ápice em 2014, quando se marca a lembrança de cinquenta anos do golpe militar. Por con-

ta dessa efeméride, como nos ensina Carvalho (2014, p. 1), o tema da ditadura-civil militar alcançou grande evidência em distintos espaços sociais: seminários e debates foram organizados por diversas organizações da sociedade civil; o mercado editorial lançou e relançou livros, revistas e edições temáticas; “canais de televisão, sites e blogs na internet publicaram, exibiram ou repercutiram uma extensa produção jornalística sobre variadas aspectos do período ditatorial”.

Esse contexto de rememoração indica um relativo avanço no debate público sobre a ditadura civil-militar, expresso no crescente número de movimentos sociais, organizações, coletivos e mídia alternativa. Por outro lado, conforme nos ensina Berger (2009, p. 30) está inserido no contexto global de “emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais”, denominado por Huysen (2014) de cultura da memória.

Para Berger (2009, p. 30), a cultura da memória da ditadura no Brasil se inscreve “no movimento internacional que recorda traumas nacionais”: ela serve-se de relatos de testemunhas da época; acontece nos meios de comunicação ou através dos suportes midiáticos disponíveis “e carrega as ambiguidades da triangulação entre lembrar, esquecer e narrar. E deixa suspensa a pergunta sobre as possibilidades de a cultura produzida nos suportes midiáticos iluminar e esclarecer o acontecido”.

O tropo discursivo que serve como modelo das produções culturais sobre a ditadura brasileira, sobretudo no que diz respeito às produções audiovisuais e editoriais, é o mesmo utilizado pelas produções internacionais para retratar o Holocausto (Huysen, 2014). Conforme nos ensina Berger (2015), os testemunhos dos campos de concentração de Primo Levi e de Elie Wiesel servem como paradigma para os relatos dos sujeitos que estiveram diretamente engajados nos acontecimentos da ditadura: são relatos fundados na memória da experiência, marcados pela dor e sofrimento da lembrança e situados na chave da admoestação (no lembrar para não se repetir). Como exemplo desse tipo de produção no Brasil podemos elencar os livros “Memórias do esquecimento” (Flávio Tavares, 1999) e “K.: relato de uma busca” (Bernardo Kucinski, 2012; Berger, 2015).

No campo audiovisual estão presentes na maioria dos filmes brasileiros os mesmos elementos narrativos presentes nas obras que tratam o Holocausto:



*A imagem dos campos de concentração, assim como as cenas de tortura, acompanhadas do olhar angustiado, dos gritos do policial, do corpo amedrontado, vão formando um arquivo de imagens da dor, que se repetem, em princípio, pela orientação de que nada do que aconteceu deve ser perdido para a história e que narrar cura e esclarece (Berger, 2009, p. 35).*

A forte presença das memórias traumáticas e de sistemática violação dos direitos humanos na Indústria Cultural faz suscitar em diversos autores a indagação acerca dos usos e abusos da memória (Berger, 2009; Huyssen, 2014). Se por um lado, nossa sociedade é atravessada pelos meios de comunicação e pelo consumo, sendo infrutífero pensarmos a questão das memórias coletivas fora deles; por outro, há a questão de se saber em que medida a memória traumática é “abusada”, servindo tão somente a interesses comerciais e não como elementos que sejam usados para a reflexão e para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. O risco, aqui, conforme argumenta Berger (2009, p. 35) é o de essas memórias midiáticas contribuírem para naturalizarem a violência e, assim, descumprirem “a razão de ser da memória subterrânea” — a contestação das narrativas oficiais.

A essa questão, soma-se o problema da permanência do silêncio e do esquecimento de importantes dimensões da ditadura no Brasil, malgrado o crescimento de vozes contra hegemônicas nos últimos anos.

Embora aos poucos venham emergindo, as memórias subterrâneas sobre a ditadura não encontram “eco” nos grandes meios de comunicação e no debate público brasileiro. As memórias contra hegemônicas/subterrâneas, a despeito de contarem com a ação de diversas organizações da sociedade civil e de políticas públicas de memória, ainda são fracas em relação ao poder midiático para enquadrar as memórias coletivas. À título de ilustração podemos citar algumas dessas iniciativas, como o Memorial da Resistência de São Paulo, instituição museológica voltada para a comunicação das memórias sobre as dimensões de “controle”, “repressão” e “resistência” ao longo da história do Brasil republicano; os programas promovidos pela Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo durante a gestão de Fernando Haddad (2012-2016), Partido dos Trabalhadores, que estimularam a construção de lugares de memória, bem como diversos cursos e ações junto a associações de ensino forma e não formal; como o movimento

“Ocupa DOPS” que organiza uma campanha pela transformação do prédio do ex-DOPSS/RJ em espaço de memória e resistência; como o “Núcleo de Preservação da Memória Política” que realiza uma série de atividades culturais e formativas e em conjunto com a OAB/SP logrou transformar o espaço da Auditoria Militar na cidade de São Paulo numa instituição museológica intitulada “Memorial na Luta pela Justiça”, a ser inaugurada em 2017; o coletivo “Os Aparecidos políticos” que articula arte com política a partir de intervenções urbanas, escraches, grafites, lambe-lambe e rádio livre na luta por memória, verdade e justiça.

O esquecimento, a despeito das iniciativas acima arroladas, também está presente no campo escolar, a principal instituição agenciadora das memórias coletivas ao lado dos meios de comunicação. Como nos apontam Araújo (2013), Carvalho (2014), Castex (2009), Peres (2014), existem inúmeras deficiências presentes nos livros didáticos, no que diz respeito à ausência de narrativas que iluminam os diversos episódios de tortura, repressão e resistência, bem como existem diversos obstáculos para a prática didática sobre a ditadura civil-militar.

Essa questão é tão mais preocupante em relação à construção de uma sociedade justa igualitária na medida em que a escola ainda é o espaço privilegiado de reflexão sobre a realidade (Baccega, 2009).

Em comparação aos outros países do Cone Sul, como Chile, Uruguai e Argentina, o Brasil avançou pouco em relação à construção de uma cultura da memória dos horrores da ditadura. Em nosso país, há uma ambiguidade em relação ao direito à memória, verdade e justiça que contribui sensivelmente para a irresolução dos conflitos relativos à ditadura: ao mesmo tempo em que o Estado brasileiro reconhece as demandas das vítimas e sobreviventes por reparações e políticas públicas de memória, desloca para a periferia do espaço público “a apuração dos crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura, o debate sobre os sentidos dessa experiência, bem como sobre a responsabilização por tais crimes” (Teles, 2015, p. 194).

O esclarecimento e punição desses crimes são fundamentais para começarmos a desenhar uma sociedade mais justa, democrática e solidária. Nesse contexto, cabe assinalar que a história se concretiza em diversas expressões, todas elas práticas sociais: ela é um campo do conhecimento, é uma disciplina escolar e acadêmica, é uma escrita, é a vivência cotidiana

na (Certeau, 1982). Na medida em que essas expressões se articulam é tão mais possível a formação de uma consciência reflexiva, logo transformadora, por parte dos sujeitos.

### Considerações finais

Desenhamos, assim, o caráter propriamente político do discurso histórico e a importância social e política da constituição das memórias coletivas acerca dos episódios de sistemática violação dos direitos humanos. Conforme defende Walter Benjamin (1985, p. 222-227), o passado comparece no presente e nos chama a tomar posição em relação a ele. Cabe ao escritor do discurso histórico definir se vai engrassar a história oficial, celebrando os heróis e vencedores ou se, ao contrário, vai contestá-la, iluminando o ponto de vista dos vencidos, denunciando as violências, opressões, genocídios, torturas e mortes levadas a cabo pelas classes dominantes ao longo da história.

A conquista de novas relações de hegemonia implica a lenta e progressiva conquista de novos consensos. Através da conquista de posições na sociedade civil os discursos contra hegemônicos sobre a ditadura civil-militar e sobre os direitos humanos progressivamente vão desconstruindo a rede de consensos que sustentam o *status quo*.

A contraposição ao poder dos meios de comunicação hegemônicos deve mobilizar e aproveitar todos os recursos táticos e canais contra hegemônicos. A assimetria de poderes impõe limites e obstáculos à exploração de brechas, no entanto não implica que não existam espaços de luta tanto na sociedade civil quanto no interior das empresas de comunicação (Moraes, 2010, p. 72). A despeito de estarmos falando de ideias, sentidos e visões de mundo, temos que ter em mente que não se trata de um embate intelectualista — que se passa tão somente na esfera intelectual do mundo das ideias —, mas sim de uma luta que se dá no terreno vivido da cultura.

Seguindo a leitura de Seligmann-Silva (2014), talvez isso seja pouco: levando em consideração o silêncio por conta dos meios de comunicação hegemônicos e do campo escolar. Afinal, para o pesquisador não há horizonte e perspectivas de construção efetiva de uma cultura da memória sobre a ditadura no Brasil, da mesma forma que ocorre no Chile e na Argentina. A emergência de estudos acadêmicos e de produtos midiáticos sobre a ditadura são passageiros, relacionados ao contexto social e

político atual, e não irão constituir uma produção substantiva e sistemática predisposta a mudar as relações de sentido em nosso país, vaticina Seligmann-Silva (2014).

Nesse contexto, é importante destacar que, além das disputas pelas memórias da ditadura no conjunto de nossa sociedade, existe uma relativa tensão entre os pesquisadores acerca de como e em que medida as memórias subterrâneas da ditadura estão predispostas para a constituição efetiva de uma cultura da memória em nosso país. A despeito de os pesquisadores convergirem na leitura de que a memória hegemônica da ditadura em circulação nos meios de comunicação é constituída pelo silenciamento e pela relativização da repressão e da resistência, notamos que há, grosso modo, uma diferença de diagnósticos acerca da intensidade, eficácia e sustentação dos discursos contra hegemônicos sobre a ditadura: de um lado, temos a leitura de Seligmann-Silva (2014) situada numa chave mais “pessimista”; de outro, temos leituras como a de Wainberg (2010), de Carvalho (2014) e Berger (2009) que ao indicarem o crescimento nos últimos anos de produções culturais sobre a ditadura, parecem sinalizar uma leitura mais “otimista” — ou seja, de possibilidades de enraizamento de uma cultura da memória em nosso cotidiano.

Não temos condições no escopo deste artigo de validar ou discordar de cada uma dessas posturas. O que podemos concluir, a partir de pesquisa bibliográfica, ou seja de fontes secundárias, é o sistemático esquecimento e silenciamento das questões atinentes à ditadura civil-militar e sobre suas relações com nosso presente. Por outro lado, alertamos para a necessidade de pesquisas que se debrucem sobre os debates entre pesquisadores acerca de suas leituras sobre a cultura da memória coletiva da ditadura no Brasil.

A reflexão sobre os embates em torno das memórias da ditadura é cada vez mais fundamental num cenário político marcado por profundas rupturas na ordem democrática e na sistemática violação dos direitos humanos em nosso cotidiano. Como e em que medida a permanência das estruturas de exclusão e dominação de nosso passado se relacionam com a pressuposta falta da cultura da memória em nosso país? Como a educação em direitos humanos, nela incluída a história da repressão durante a ditadura, pode contribuir para a construção de uma nova variável histórica, mais justa e igualitária? Quanto da ditadura persiste em nossa sociedade? Como e em que

medida pesquisadores do campo das ciências sociais e humanas divergem e/ou convergem na compreensão sobre a cultura da memória da ditadura em nosso país? São algumas das perguntas que se colocam em nosso horizonte.

## Referências

- ANDERSON, B. 1982. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 191 p.
- ARAÚJO, M.P. 2013. O ensino de ditadura militar nas escolas: problemas e propostas de trabalho. In: M.P. ARAÚJO; I.P. SILVA; D.R. REIS (orgs.), *Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho*. Rio de Janeiro, Pontepio, p. 9-10.
- BACCEGA, M.A. 2009. Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica. *Comunicação e educação. Revista do departamento de Comunicação e Artes da ECA/USP*, São Paulo, **14**(3):19-28.
- BARBOSA, M.C. 2014a. Imprensa e Golpe de 1964: entre o silêncio e as lembranças de fatias do passado. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, UFSC, **11**(1):7-20.  
<https://doi.org/10.5007/1984-6924.2014v11n1p7>
- BARBOSA, M.C. 2014b. Imprensa e ditadura: do esquecimento à produção de imagens sínteses. *Revista Brasileira de História da Mídia*, **3**:11-20.
- BARBOSA, M.C. 2015. 1968 e a multidão como massa: televisão e imagens políticas da memória e do esquecimento. *Galáxia (PUCSP)*, São Paulo, **29**:57-69.  
<https://doi.org/10.1590/1982-25542015119862>
- BENJAMIM, W. 1985. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. Brasiliense, São Paulo, 271 p.
- BERGER, C.A. 2009. Contribuição do cinema para a memória da ditadura brasileira. *Comunicação e Educação. Revista do departamento de Comunicação e Artes da ECA/USP*, São Paulo, **14**(3):29-38.
- BERGER, C. 2015. Cultura da memória e resistência cultural. *Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia – ALCAR*, p. 1-16.
- BONIN, J.A. 2009. Investigando memórias mediadas: construções teórico-metodológicas e constatações. In: A.P. FERNÁNDEZ; A.E. MALDONADO (orgs.), *Metodologías transformadoras. Tejiendo la red en comunicación, educación, ciudadanía e integración em América Latina*. Caracas, Fondo Editorial CEPAP: UNESR, p. 55-78.
- BOSI, E. 2003. *O tempo vivo da memória. Ensaios de Psicologia Social*. Cotia, Ateliê editorial, 219 p.
- BOURDIEU, P. 2010. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand, 312 p.
- CARVALHO, A. 2014. Discutindo a ditadura civil-militar em sala de aula: desafios e possibilidades. Material de aprofundamento temático. *Memorial da Resistência do Estado de São Paulo*, **1**(1):1-12.
- CASTEX, L.C. 2009. Ditadura militar brasileira (1964-1984): um conceito substantivo e as ideias históricas na educação escolar. In: Simpósio Nacional de História, XXV, Fortaleza, 2009. *Anais...* Fortaleza, ANPUH, 10 p.
- CASTILHO, M.S. 2014. Os trabalhos de memória e o papel de O Globo no golpe de 1964. *Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora*, Juiz de Fora, **8**(2):1-16.
- CERTEAU, M. 1982. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 384 p.
- CHAUI, M. 2000. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Cortez, 367 p.
- CITELLI, A. 2004. *Comunicação e Educação: a linguagem em movimento*. São Paulo, Editora Senac, 246 p.
- CNV – Comissão Nacional da Verdade. 2014. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília, Presidência da República, 14 dez. Disponível em: [www.cnv.gov.br](http://www.cnv.gov.br). Acesso em: 12/04/2016.
- DIAS, A.B. 2014a. Para além do rascunho: jornalistas ‘fazedores de história’ e as lembranças do golpe de 1964, cinquenta anos depois. *Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora*, Juiz de Fora, **8**(2):1-17.
- DIAS, A.B.A. 2014b. A “revolução” não será comemorada: horizonte de expectativa e as políticas de memória da grande imprensa brasileira frente ao contexto dos 50 anos do golpe. *Revista Brasileira de História da Mídia*, **3**(2):1-16.
- DIAS, A.B. 2014c. *O presente da memória: uso do passado e as (re) construções de identidade da Folha de São Paulo, entre o ‘golpe de 1964’ e a ‘ditabranda’*. Jundiaí, Paco Editorial, 204 p.
- FINOCCHIO, S. 2007. Entradas educativas en los lugares de la memoria. In: M. FRANCO; F. LEVÍN (comps.), *Historia reciente. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires, Paidós, p. 253-277.
- GRAMSCI, A. 1984. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 341 p.
- GREGOLIN, M.R. 2007. Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, **4**(11):11-25.
- HOBBSBAWN, E. 1984. A invenção das tradições. In: E. HOBBSBAWN; T. RANGER (orgs.), *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 395 p.
- HUYSEN, A. 2014. *Políticas de memória no nosso tempo*. Lisboa, Universidade Católica Editora, 176 p.
- KUCINSKI, B. 2012. *K: relato de uma busca*. São Paulo, Cosac Naif, 192 p.
- LE GOFF, J. 2000. *História e memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 463 p.
- LISOVSKY, M. 2015. Desmonumentalizar a ditadura - Parte I. *Iconica*. Disponível em: <http://www.iconica.com.br/site/desmonumentalizar-a-ditadura-parte-1/>. Acesso em: 14/08/2016.
- MARTINS, A.V. 2014. O Estado nas guerras de memórias dos 50 Anos do Golpe Militar. *Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora*, Juiz de Fora, **8**(2):1-29.
- MELLO, F.C.; BACCEGA, M.A. 2015. Imprensa e discurso histórico: a Comissão Nacional da Verdade na Folha de S. Paulo e no O Estado de S. Paulo. *Comunicação e Educação*, São

- Paulo, 20(1):105-116. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v20i1p105-116>
- MORAES, D. 2010. Comunicação, hegemonia e contra hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, 4(1):54-77.
- PERES, M.V.M. 2014. Por que ensinar a ditadura civil-militar? A formação de um sujeito por meio da democracia. *Encontros*, 12(22):61-79.
- POLLAK, M. 1989. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2(3):3-15.
- RIBEIRO, A.P.G. 2000. A mídia e o lugar da história. *Lugar Comum*, 11:25-44.
- SELIGMANN-SILVA, M. 2014. Memória, história e cultura do testemunho. In: *Seminário: Memória, memoriais e o futuro das democracias*. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP. Fala proferida em 15 nov. 2014. São Paulo: O autor.
- TAVARES, F. 1999. *Memórias do esquecimento*. Rio de Janeiro, Globo, 276 p.
- TELES, J.A. 2012. A constituição das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto Brasil: Nunca Mais e a abertura da Vala de Perus. Anos 90. *Revista de História da UFRGS*, Porto Alegre, 19:261-298.
- TELES, J.A. 2015. Ditadura e repressão: locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo. *Lua Nova*, São Paulo, 96:191-220. <https://doi.org/10.1590/0102-6445191-220/96>
- THOMPSON, J.B. 2007. *Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, Vozes, 427 p.
- WAINBERG, J.A. 2010. O embate pelo controle da memória traumática brasileira. *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, 2(23):50-68.

Submetido: 02/06/2017

Aceito: 03/08/2017